

REMÉDIO FICARÁ MAIS AMARGO

Ricardo Leopoldo
Da equipe do **Correio**

São Paulo — O novo regime cambial, no qual o Banco Central deixa flutuar a cotação do real em relação ao dólar, mas faz intervenções quando quer, está levando a economia brasileira a uma nova realidade. Ele surgiu no dia 15, 48 horas depois do BC

mudar a rotina de desvalorizações do real para tentar conter imensas fugas de divisas. Desde aquela data, a procura por dólares não pára, o que provocou uma valorização do câmbio de 38,8%. Como a credibilidade do governo junto aos investidores está em erosão, as saídas de capitais continuam. Todo esse cenário incerto levou o Fundo Monetário Internacional a pedir ao Brasil juros de 60% ao ano

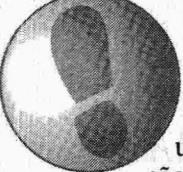
para conter a volta da inflação.

Nos próximos três meses, o país deverá começar a perceber os efeitos do forte remédio monetário sugerido pelo FMI. O brasileiro levará uma vida muito mais apertada, com a elevação do custo de vida e aumento do desemprego. Para o professor Luis Roberto Cunha (PUC-RJ), há chances de o câmbio parar de subir em um mês, quando chegaria enfim

perto do seu ponto de equilíbrio. Nesse cenário, definido por ele como otimista, a inflação medida pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC) da Fipe deverá acumular uma marca de 5% somente entre fevereiro e abril. "Talvez sejam necessários mais uns dois meses para alcançar a estabilidade da cotação do real", comenta. "Nessas circunstâncias mais negativas, manter a inflação próxima a 10% ao ano será bom".

CENÁRIOS PREVISTOS

DESEMPREGO

Se a inflação em 1999 não passar dos 10% ao ano, isso significará que ela foi domada por uma violenta recessão. A queda do nível de atividade da economia será tão grande que o desemprego medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), segundo o professor José Márcio Camargo (PUC RJ), deverá saltar dos 6,32% de dezembro para 13% ou 14% até maio, o pico do ano. "Quanto maior a redução da atividade da economia, menor será o aumento do custo de vida", afirma. "Esta opção, que tem consequências, é a melhor ao país, pois o deixa em condições de readequar as contas públicas em 18 meses".

Os juros altos servem como um balde de água fria para quem deseja investir e comprar. O crédito se torna mais caro, a economia se retrai, o que evita o abuso de especuladores inclinados a subir desonestamente o preço de seus produtos. O principal objetivo da rígida política monetária é cortar de vez a volta da reindexação (reajustes atrelados a algum índice, como a inflação), um processo que fortalece cada vez mais o custo de vida. Mas mesmo com os juros na luta, há fortes chances de a indexação voltar, ainda que de forma localizada e sorrateira. "Em alguns setores da economia, a correção dos valores de bens e serviços poderá ser feita com base na variação do câmbio", avalia Alkimar Moura, ex-diretor do Banco Central, que também defende a recessão como o único remédio capaz de atacar a inflação.

Este seria o caso de lojas que vendem produtos montados com muitos componentes importados, como

computadores. "Como o câmbio agora é flutuante, o valor dessa mercadoria poderá subir ou descer levemente todos os dias", comenta. "Mas o mercado preserva a competição. Quem souber administrar melhor o negócio, mesmo quando o dólar se elevar, poderá manter os preços em níveis estáveis e vencer seus concorrentes".

INDEXAÇÃO

A indexação à moeda norte-americana, na opinião de Alkimar Moura, também poderá ser adotada no setor de serviços, especialmente por sofisticados profissionais, como médicos com clínica própria. "Isso deve ocorrer porque, como vimos no passado, tal clientela deve absorver esses aumentos", comenta.

Os juros estão em 39% ao ano, mas o FMI sugeriu ao governo que eles aumentassem mais ainda. A taxa mais alta seria um sinal claro aos bancos e empresas que atuam no Brasil de que o país se manterá bem distante da hiperinflação. Para muitos analistas, como Raul Veloso, há dois perigos em adotar uma política monetária ácida demais: aumentar rapidamente o déficit público nominal (receitas menos despesas, incluindo juros) de 8,3% do Produto Interno Bruto (soma dos bens e serviços produzidos num ano).

Cerca de R\$ 209 bilhões dos R\$ 349 bilhões da dívida pública sobem quando os juros aumentam. Outro problema sério é o surgimento de uma recessão tão profunda que provoque a quebra de milhares de empresas e grande queda da arrecadação do governo. "Porém, caso os juros fiquem em níveis moderados, isso pode trazer um efeito benéfico às

contas públicas: as receitas não cairão e a inflação, se for controlada, deverá comer uma parte das despesas", diz. "Assim, a inflação tem chances de produzir em 12 meses melhorias fiscais que, sem ela, poderiam levar três anos".

Adotar a recessão como antídoto à inflação, como quer o FMI, pode dar certo, mas tem chances de fracassar se a população perder a confiança no governo, analisam acadêmicos alinhados à oposição e líderes sindicais.

RECESSÃO COM INFLAÇÃO

Para Luiz Gonzaga Belluzzo, professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), uma economia deprimida onde o povo e empresários crêem pouco no governo fica fragilizada a ponto de resgatar a reindexação com rapidez, mesmo em recessão, como ocorreu na década de 80 e no início dos anos 90, no governo Collor.

Na última sexta-feira de janeiro, boatos de que o governo faria um confisco de aplicações financeiras levaram milhares de pessoas em São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília a sacarem dinheiro de suas contas. "Numa situação de incerteza extrema, as pessoas buscam algo para proteger seu patrimônio. No caso das empresas, grande parcela de suas despesas com máquinas, peças e insumos está atrelada ao dólar, um fenômeno vinculado à abertura da economia", comenta.

"Então, é provável que o indexador mais confiável para as empresas e para cidadãos comuns passe a ser a moeda norte-americana. Há um risco sério de ocorrer a dolarização".

CENÁRIOS FUTUROS

O que se esperava no ano passado e o que se espera agora, depois da desvalorização e do arrocho anunciado pelo FMI

COMO SERIA

Previsão feita no final do ano feita por Edmar Bacha, economista-sênior do banco BBA Creditanstalt.
Inflação (IPC da Fipe) 1,5%
Crescimento (% do PIB) -1,5
Desemprego 9%
Desvalorização cambial (R\$ 1,30 em dezembro de 1999) 8,5%
Balança Comercial Zero
Déficit de conta corrente US\$ 26 bilhões
Déficit público nominal (% do PIB) 4,7
Superávit primário (% do PIB) 2,6

COMO DEVERÁ FICAR DEPOIS DAS DESVALORIZAÇÕES DO REAL, DE ACORDO COM O CITIBANK

CENÁRIO OTIMISTA	
Inflação (IPC da Fipe)	10%
Crescimento	-4,5%
Desemprego	10,2%
Média da taxa de câmbio (em dezembro de 1999)	R\$ 1,91
Balança comercial	US\$ 3 bilhões
Déficit público nominal	10,5% do PIB
Superávit primário	3% do PIB
Déficit de conta corrente	US\$ 20,4 bilhões
Juros (média no ano)	30%

CENÁRIO PESSIMISTA	
Inflação (IPC da Fipe)	35%
Crescimento	-6%
Desemprego	11,4%
Média da taxa de câmbio (em dezembro de 1999)	R\$ 2,10
Superávit comercial	US\$ 7,2 bilhões
Déficit público nominal	18,4% do PIB
Superávit primário	1,7% do PIB
Déficit de conta corrente	US\$ 13,7 bilhões
Juros (média no ano)	50%

Editoria de Arte/Amaro Jr.